

JUROS ELEVAM DÍVIDAS

Descompasso entre receita e despesa afeta maioria

Em 1º de janeiro de 1995, quando os atuais governadores assumiram, as dívidas dos Estados eram calculadas em US\$ 112 bilhões. Hoje, a situação só piorou, em decorrência das elevadas taxas de juros reais internas. Juros não pagos têm sido capitalizados, elevando vorazmente o estoque da dívida.

Estudo feito pelo Banco Mundial atribui o atual nível de endividamento dos Estados, em grande parte, à gradativa transferência para a União das responsabilidades por dívidas estaduais. Acertos sobre a rolagem das dívidas têm ajudado a tirar Estados de situações de emergência. No entanto, antes mesmo de honrarem os novos compromissos, encontram brechas para contrair novas dívidas. A solução, segundo o estudo, seria mudar o acesso dos Estados ao crédito e abater efetivamente suas dívidas em caso de reescalonamento.

Cinco tipos de operações contribuiriam para montar o quadro atual de endividamento. Empréstimos externos contratados a partir de 1989, empréstimos junto a credores externos e a bancos oficiais federais — que foi assumida pelo governo federal e reescalona-da —, empréstimos feitos em bancos comerciais controlados pelos Estados, dívidas com a emissão de títulos dos Tesouros estaduais e a dívida flutuante, que permite aos Estados fugirem do controle da União.

Os dois primeiros tipos estariam razoavelmente sob controle, segundo o Banco Mundial. No caso dos empréstimos com ban-

cos comerciais, o maior exemplo é o de São Paulo, que tem um grande débito com o Banespa (eram R\$ 15 bilhões em janeiro, quando foi feito o acordo com o Banco Central, e hoje já cresceu R\$ 2 bilhões). Um terço da dívida original eram operações de Antecipação de Receita Orçamentária, contraídas no final do governo Quéricia.

A dívida financiada por títulos é contraída basicamente por São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul. Os papéis são subscritos pelos bancos estaduais e vendidos a bancos privados. Mas no ano passado, as instituições privadas começaram a evitar os papéis, que acabaram sendo assumidos pelo governo federal.

Já a dívida flutuante é constituída por expedientes como o atraso nos pagamentos a fornecedores e funcionários, o que acaba sendo uma forma de financiar o déficit. Outra forma comum de endividamento é nas obras públicas.

De acordo com o estudo do Banco Mundial, dois terços do endividamento são dos Estados mais ricos (SP, RJ, MG e RS), que estão em pior situação financeira. Nos outros Estados, o problema seria muito mais de adequar a relação entre receita e despesa, principalmente com a folha de salários. O Espírito Santo, por exemplo, compromete 91% de sua receita com o pagamento de pessoal. Para o Banco Mundial, o crescente endividamento dos Estados pode comprometer a estabilidade do Real.

**São Paulo, Rio,
Minas e Rio Grande
do Sul seriam
responsáveis por
dois terços do
endividamento dos
Estados**